

Programa Memória do Mundo - submissão de candidatura de uma série do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos

MEMORY OF THE WORLD PROGRAM - THE MOVEMENT FOR JUSTICE AND HUMAN RIGHTS CASE

Roberta Pinto Medeiros

roberta.furg@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4231965504706994>

<https://orcid.org/0000-0003-0012-7792>

Doutora em Memória Social (2020) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural (2015) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Especialista em Gestão em Arquivos (2012) pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Graduada em Arquivologia (2010) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora adjunta do curso de Arquivologia no Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Líder do Grupo de Pesquisa - Arquivologia e Memória: documentos e identidade.

Evelin Melo Mintegui

eminteguimail@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1458850189170755>

<https://orcid.org/0000-0002-1346-132X>

Doutora em Ciência da Informação (2021) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Ciências Sociais (2014), especialista em Gestão em Arquivos (2011) e graduada em Ciências Sociais (2014) e em Arquivologia (2008) pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Professora do curso de Arquivologia no Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Submetido: 18 jul. 2023

Publicado: 01 jun. 2024

RESUMO

Este texto tem como objetivo apresentar os resultados da submissão de candidatura de parte do acervo do Movimento Justiça e Direitos Humanos ao Projeto Memória do Mundo, da Unesco. Como justificativa, apresenta a relevância do referido movimento social para a defesa dos direitos humanos, o que se reflete em seu acervo. A iniciativa de submissão da proposta, que procura responder ao questionamento sobre como defender o Movimento como potencial candidato do selo de patrimônio documental da América Latina e Caribe ao programa da Unesco, contou com metodologia composta pela análise do quadro de arranjo do Movimento, a seleção da Série Terrorismo de Estado no período da Ditadura - Cone Sul, descrição arquivística, preenchimento dos formulários pertinentes e tradução para os idiomas oficiais do edital e submissão. Conclui com considerações sobre o processo e as vantagens que a chancela do selo pode oportunizar à governança do acervo.

PALAVRAS-CHAVE: Memória do Mundo; série Terrorismo de Estado; descrição arquivística.

ABSTRACT

The aim of this text is to present the results of the submission of part of the Justice and Human Rights Movement's collection to the Memory of the World Project. As a justification, it presents the relevance of this social movement for the defense of human rights, which is

2 OS ARQUIVOS, A MEMÓRIA E O PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

Os arquivos costumam estar associados com a ideia de estoque de conhecimento sobre o presente e o passado, preservados de maneira residual e cumulativa, tendo suas informações o caráter de vestígio acidental (Bellotto, 2004; Brasil, 1991; Gonçalves, 1998). Sem questionar o papel que ocupam na memória coletiva das sociedades, historiadores, arquivistas e outros cientistas sociais têm feito objeções à ideia de naturalidade na preservação documental. Como coloca Cook (2018, p. 18), “essa memória coletiva não se formou ao acaso ao longo da história, nem os resultados deixam de ser controversos”. Segundo o autor, as práticas de recordação social são culturalmente determinadas e exercem papel peremptório naquilo que se pode lembrar. Se o que se preserva é definido socialmente, essa memória é de alguém, voltado para algum propósito. As escolhas sobre o que se deve preservar estão baseadas nas estruturas dominantes, e se refletirão, por sua vez, em teorias, conceitos e estratégias arquivísticas.

No mesmo sentido, Ketelaar (2018) reflete sobre o quanto o arquivamento - entendido aqui como processo de seleção do que é preservável - envolve um processo decisório, que passa pela sociedade, mas que na maioria das vezes é sustentada por uma decisão do Estado, que define, então, a política de memória. Logo, o vestígio documental não pode ser considerado neutro ou residual: é resultado de negociações, imposições, crenças e teorias.

O reconhecimento do caráter construído e constituinte dos documentos de arquivo como parte da memória coletiva permite esclarecer o processo de ativação do patrimônio, neste caso, do patrimônio documental. Ou seja, é possível intervir para promover o que se pode lembrar, o que se caracteriza, também, como ação política. Nesse sentido, os movimentos sociais têm o potencial de agir enquanto mobilizadores da sociedade (comportamento coletivo), em disputa com o Estado e contra demais concepções sobre o que se deve lembrar e esquecer. “Segundo a microeconomia, o problema da ação coletiva deixou de ser como as classes lutam e o Estado governa, mas como a ação coletiva é até *possível*, entre indivíduos guiados por estreitos interesses próprios” (Tarrow, 2009, p. 32, grifo do autor).

No caso do MJDH, além de sua ação mobilizadora pelo próprio fato de seu campo de atuação, entendeu-se como oportuno a candidatura ao MoW como ação política no sentido de promover a memória da luta contra o autoritarismo e aos direitos humanos.

Programas da Unesco (2022) e seus impactos no setor de arquivos no Brasil ocorrem desde os anos 1970, tendo sido responsáveis por definições e critérios de identificação do patrimônio e suas especificidades (patrimônio mundial, material, cultural e imaterial). No âmbito do patrimônio documental e digital, o MoW, criado em 1992, tem como premissa promover conjuntos documentais enquanto símbolos relevantes da memória coletiva para a humanidade.

O Programa Memória do Mundo é uma iniciativa voltada para a preservação de documentos, arquivos e bibliotecas, portanto, concebe a ideia de memória do mundo como a memória coletiva dos povos de todo o planeta, enquanto legado do passado e do presente para as comunidades do futuro (Endmonson, 2002). O MoW apresenta como objetivos principais: “(a) facilitar a preservação do patrimônio documental mundial mediante as técnicas mais adequadas” “(b) facilitar o acesso

universal ao patrimônio documental” e “(c) criar uma maior consciência em todo o mundo da existência e importância do patrimônio documental” (*Ibid*, p. 6).

O conceito de patrimônio documental utilizado pelo MoW reconhece a singularidade de tal tipologia. Os conjuntos assim categorizados devem ser móveis, feitos de símbolos, preserváveis, reproduzíveis e transladáveis, além de resultarem de ação deliberada, voltada para o registro. A definição considera a intrínseca relação entre informação e suporte documental, podendo ser considerados tanto individualmente quanto em conjunto, além de não distinguir patrimônio público de patrimônio privado, ainda que ressalte a necessidade de disponibilização e acesso coletivo (Endmonson, 2002).

Para implementação dos processos de avaliação de candidaturas, o MoW se organiza em comitês nacionais e regionais. Em 2022, o Brasil se enquadrava na chamada feita pelo Comitê da América Latina e Caribe - MoWLAC (*Memory of the World Regional Committee for Latin America and the Caribbean*)¹. As propostas deveriam se alinhar à ideia de dar conta das características da história e do futuro da América Latina e do Caribe, para se juntar àquelas que o Comitê Regional já havia reconhecido em anos anteriores, que documentassem, dentre outros marcos, processos e características, fluxos migratórios, intercâmbios culturais, pessoais, artísticos, científicos ou comerciais; a luta pela terra e as mudanças geopolíticas; o passado colonial, o desenvolvimento de populações ou línguas nativas; a riqueza dos recursos naturais, sua biodiversidade e suas espécies endêmicas; a origem e desenvolvimento das ditaduras no século XX e a luta pelos direitos humanos (Unesco, 2022).

Neste contexto, entendeu-se que o acervo do MJDH tinha potencial para o reconhecimento como patrimônio mundial, diante das características que serão apresentadas, que demonstram um processo de escolha pela constituição de memórias que fortaleçam a defesa da democracia e dos direitos humanos.

O acervo do Movimento guarda e preserva documentos há mais de 40 anos. Arquivisticamente, os documentos estão categorizados em um quadro de arranjo, conforme o teor do conteúdo, divididos em oito séries², por sua vez, divididas em subséries. Tais conteúdos estão distribuídos nessas oito séries que relacionam documentos referentes à documentos como a constituição do MJDH, gestão financeira, administrativa e recursos humanos; conflitos de posse de terras, segurança pública, discriminação social (gênero, xenofobia, racismo, indígena, nazismo, entre outros), condições de trabalho, meio ambiente, processos judiciais; documentos relacionados ao período da ditadura civil-militar com os temas de tortura, repressão, prisão, sequestro, morte e desaparecidos, depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares, operação Condor, exílio; a redemocratização no Cone Sul, transição democrática, anistia, reparação, indenização, abertura dos arquivos; trabalhos premiados do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo; a recortes de jornais; monografias, dissertações, teses e livros, que tiveram como estudo o arquivo do Movimento; o acervo fotográfico e audiovisual do Movimento.

Compreende-se que “o arquivo não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido” (Assmann, 2011, p. 25). E a partir dessa breve relação de documentos que estão custodiados pelo MJDH percebe-se o quão representativo é esse acervo

¹ Outros Comitês existentes são o *Memory of the World Committee for Asia and the Pacific* (MOWCAP) e o *Memory of the World Regional Committee for Africa* (ARCMOW).

² “Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.” (Arquivo Nacional, 2005, p. 153).

convites para instituições e pessoas brasileiras e estrangeiras. Esse conjunto de fontes serviu de referência para a seleção do recorte, a análise de informações, a descrição arquivística e a estratificação de dados que subsidiaram a contextualização e discussão qualitativa dos resultados alcançados.

4 O PROCESSO DA CANDIDATURA

Ao levantar dados para o preenchimento dos formulários de candidatura do acervo do MJDH ao MoW-LaC, é possível identificar dois importantes eixos. O primeiro está relacionado à descrição do acervo, suas especificidades, levando em conta os critérios seletivos estabelecidos (autenticidade, significação regional, critérios comparativos e significação social, espiritual ou comunitária). O segundo a um processo político de consecução de apoios. Seguem considerações sobre cada um deles.

4.1 O ACERVO DO MJDH

Como resultado dessas ações, o MJDH produz cotidianamente um riquíssimo acervo, acumulado e preservado no mesmo espaço de funcionamento da organização. Os documentos do fundo datam de período anterior à sua criação oficial, quando o grupo ainda atuava de maneira informal ou clandestina. Trata-se de um fundo aberto, com dimensão de 13,5 metros lineares, composto em sua maioria de documentos textuais.³

O acervo está organizado em oito séries. São elas: 1 - Administração e Organização; 2 - Promoção e Intervenção na Defesa dos Direitos Humanos; 3 - Terrorismo de Estado no Período da Ditadura Cone-Sul; 4 - Processo de redemocratização no Cone-Sul; 5 - Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo; 6 - Recortes de jornais; 7 - Estudos e publicações; e 8 - Acervo fotográfico e audiovisual⁴.

O fundo documental do Movimento de Justiça e Direitos Humanos reflete a importante história de luta, resistência, resgate e respeito pelos direitos humanos, face à violação dos direitos fundamentais durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, fato que fez desta organização uma referência no panorama nacional e internacional.

Os documentos do MJDH derivam das suas funções e ações de luta e solidariedade na defesa dos direitos humanos durante e após a ditadura, não só no Brasil, mas também nos países da América Latina. A própria coleção revela claramente a história da repressão militar no Estado do Rio Grande do Sul e na região sul do continente latino-americano. Ao mesmo tempo, é possível identificar nas diferentes séries de documentos que compõem esta coleção, a composição das redes de solidariedade que foram criadas, configuradas e tornaram possível salvar centenas de vidas de ativistas políticos, intelectuais, líderes sindicais e estudantis, entre muitos outros, que foram perseguidos pelos regimes repressivos desta região do Brasil e do continente.

³ Outros suportes - Cd`s, Dvd`s, fitas VHS. O acervo digital ainda precisa de diagnóstico.

⁴ Existe planejamento de revisão do sistema de arranjo, para que as séries permitam melhor compreensão do funcionamento do MJDH, além de reclassificar os documentos reunidos em outros suportes nas Séries 6 e 8.

A Série Terrorismo de Estado no Período da Ditadura - Cone Sul representa uma das principais atividades da MJDH. Reúne documentos relacionados com a recolha de provas de crimes cometidos pelos regimes ditatoriais civis-militares que se desenvolveram na América Latina a partir de meados do século XX. A Série n. 3 também retrata a correspondência entre as vítimas e familiares destes crimes e o MJDH, na busca de reparação e justiça, sem esquecer o registo dos testemunhos e declarações das pessoas que sofreram graves violações dos direitos humanos. Consequentemente, os documentos desta Série são como porta-vozes da memória de vários grupos sociais, uma vez que, além de transmitirem informações, são portadores da trajetória simbólica de grupos e indivíduos.

No que se refere à sua organização, a Série n. 3 está organizada em sete subséries: (Repressão, Prisão, Tortura (subsérie); Sequestro, Morte e Desaparecimento de Pessoas (subsérie); Depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares (subsérie); Correspondência de vítimas e familiares (subsérie); Operação Condor (subsérie); Intercâmbio, colaboração, participação com organizações sociais (subsérie); Exílio e refúgio (subsérie). Ela compõe 3,5 metros lineares.

Em relação ao critério de autenticidade, a Série *Terrorismo de Estado no Período da Ditadura - Cone Sul* contém cópias de documentos oficiais, ou seja, documentos que foram emitidos por organismos competentes dos poderes judicial, legislativo e executivo. Assim, neste conjunto, existem processos judiciais, cartas dos ministérios (Negócios Estrangeiros, Exército, Justiça, entre outros), cooperação com a Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados.

A fim de caracterizar a origem e identidade deste conjunto de documentos, foi possível notar as seguintes características: selos, carimbos, marcas de água, assinaturas. No entanto, a autenticidade destes documentos deve ser considerada à luz da função que permitiu que os documentos fossem acumulados pelo MJDH: recolher provas e relatórios de indivíduos numa clara assimetria informativa com os estados envolvidos. A autenticidade deste conjunto de documentos deriva da competência do MJDH em participar de ações que envolvem os demais produtores, independentemente da sua origem.

Acerca da significação regional, outro elemento solicitado nos formulários de submissão da candidatura, ressaltou-se especialmente os conteúdos da subsérie 3.3 *Depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH*, que não se limitam apenas a pessoas desaparecidas ou presas no Brasil. Para além de testemunhos de brasileiros, existem testemunhos de chilenos, argentinos e uruguaios, compondo 89 declarações, algumas das quais manuscritas. Outro aspecto destacado a esse respeito é o conteúdo da subsérie 3.7 *Exílio e refúgio*, que contém, entre outras demandas, solicitações de asilo para expatriados, com mediação direta do MJDH com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Os documentos demonstram acontecimentos que tiveram lugar e efeitos regionais, portanto.

Outro ponto a ser preenchido no formulário de candidatura do MoW era relativo aos critérios comparativos referentes à proeminência do conjunto documental em representar especificidades sobre o tempo, o espaço, a temática e a forma e estilo material. Em relação ao tempo e espaço, acentua-se a importância do conjunto para compreender o período histórico de ditaduras na América Latina, a partir dos anos 1960 do Século XX, representando tanto o espaço de localização física do MJDH (Porto Alegre) quanto à região do Cone Sul.

Sobre as pessoas envolvidas, a Série 3 do MJDH capta um momento histórico de transição, quer da democracia para a ditadura, quer da ditadura para a democracia novamente. Desta forma, o conjunto reflete as vidas de pessoas comuns que foram

perseguidas por Estados totalitários. No entanto, existem histórias e dossiês que se referem aos processos de perseguição de duas figuras históricas importantes no contexto: o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e o ex-presidente e vice-presidente brasileiro João Goulart (Jango). Todos esses elementos remetem ao tema da defesa dos direitos humanos, missão do MJDH. Quanto à forma e estilo material não foram apresentados elementos por não terem sido observados aspectos relevantes.

Critérios adicionais avaliados pelo comitê do MoW são os relativos à significação social, espiritual ou comunitária, a raridade e a integridade do conjunto de documentos em análise. Sobre a significação social, espiritual ou comunitária, entendeu-se que o acervo como um todo carrega o simbolismo do não-conformismo com injustiça. No entanto, a série específica, então candidata, reflete um facto e uma certeza: houve uma ação deliberada do Estado para atacar os direitos humanos dos que se opunham aos seus projetos nacionais. Um dos elementos mais pungentes desse conjunto são os testemunhos de pessoas que sofreram tais ações. Neste sentido, eles fazem parte de um processo muito individual de cura de feridas emocionais, mas também de superação das mesmas. A raridade do conjunto se estabelece pela especificidade da missão do MJDH, e a integridade é evidenciada pelo estado de conservação e pela acumulação ininterrupta de documentos desde a criação da entidade.

Por fim, a situação provisória do espaço ocupado pelo acervo é um dos aspectos registrados na candidatura. Trata-se de imóvel cedido pelo governo federal, sem garantias de continuidade, o que oferece risco para a preservação do acervo a longo prazo.

4.2 O PROCESSO DE CONSECUÇÃO DE APOIO POLÍTICO

Outra dimensão da candidatura de documentos ao MoW é a representatividade no âmbito político, expresso em diversos momentos dos formulários de submissão. Entre eles destacamos a indicação de até três pessoas ou organismos independentes, com conhecimento acerca dos valores e procedência do patrimônio documental e a descrição da consulta às partes interessadas acerca do processo de postulação.

No primeiro caso, foram indicados os nomes de uma acadêmica, que desenvolveu pesquisa de doutoramento utilizando o acervo do MJDH, de um membro do Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e de um pesquisador que também dirige instituição arquivística voltada para preservação de acervos provenientes de movimentos sociais. A consulta a partes interessadas, considerando a rede de mobilização do MJDH, contou com a solicitação de cartas de apoio ao processo de candidatura. Entre as instituições que enviaram apoio estavam a OAB/RS, o Grupo Tortura Nunca Mais (TNM - São Paulo, Brasil), o Núcleo de Preservação de Memória Política (NP), *Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos* (IPDDH - Argentina), a *Comisión Provincial por La Memoria* (Buenos Aires - Argentina), *Servicio Paz y Justicia* (Uruguay), e a *Regional Latino Americana de la Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agricultores, Hoteles, Restaurantes, Tabacos y Afines* (Rel - UITA).

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**. Campinas: UNICAMP, 2011.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: AN, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

COOK, T. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança paradigmática. *In*: HEYMANN, L; NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

EDMONDSON, R. **Memória do Mundo**: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Paris: Unesco, 2002. Disponível em: http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diretrizes_para_a_salvaguarda_do_patrim%C3%B4nio_documental.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

KETELAAR, E. (Des)construir o arquivo. *In*: HEYMANN, L; NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **História**. Porto Alegre: MJDHB: 2022. Disponível em: <https://www.direitoshumanosbr.org.br/home/sobre.php>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Memória do Mundo**. [S.l.]: Unesco, 2022. Disponível em: <http://mowlac.org>. Acesso em: 20 dez. 2022.